



COORDENAÇÃO
Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Ana Pessoa

ACTAS DO III COLÓQUIO INTERNACIONAL

A Casa Senhorial

Anatomia de Interiores



PORTO

Ficha Técnica

Título

Actas do III Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

Coordenação e Introdução

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Ana Pessoa

Local de Edição

Porto

Data

2018

Edição

Universidade Católica Editora – Porto
CITAR – Centro de Investigação em Ciência
e Tecnologia das Artes (EA-UCP)

Tiragem

500 exemplares

Impressão e Acabamento

Clássica, Artes Gráficas - Porto

Concepção Gráfica

Carlos Gonçalves

Depósito Legal

439288/18

ISBN

978-989-8835-42-0

Capa

Pormenor do papel de parede “Cenas do Novo Mundo”, da oficina de Zuber, 2.º quartel do séc. XIX, que decora as paredes da sala com o mesmo nome na Casa de Sezim, em Guimarães, Portugal.

III Colóquio Internacional

A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

16 e 17 de junho de 2016, Porto, Portugal
Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa

Organização:

Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-Escola das Artes/UCP)
Doutora Ana Pessoa (Fundação
Casa de Rui Barbosa/Minc)

Promoção

Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura
Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das
Artes (CITAR)/Universidade Católica Portuguesa
Instituto de História da Arte – FCSH/
Universidade Nova de Lisboa
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Apoio

Fundação do Ricardo Espírito Santo
PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF
PPGAV – Escola de Belas Artes – UFRJ

Comissão Científica

Prof. Doutora Ana Lúcia Vieira Santos (EAU/UFF)
Doutora Ana Pessoa (FCRB)
Prof. Doutor Carlos Alberto d’Ávila Santos (UPPel)
Doutor Carlos de Almeida Franco (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Helder Carita (IHA-FSCH-UNL)
Prof. Doutora Isabel Mendonça (IHA-FSCH-UNL)
Prof. Doutor José Ferrão Afonso (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutora Marize Malta (EBA/UFRJ)
Prof. Doutor Nelson Porto (UFES)

Conselho Editorial

Prof. Doutora Ana Lúcia Vieira Santos
Doutora Ana Pessoa (FCRB)
Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Helder Carita
Prof. Doutora Isabel Mendonça
Prof. Doutora Marize Malta



CATOLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO



CATOLICA
CITAR - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES

PORTO



ÍNDICE

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| A VARANDA ALPENDRADA NA EVOLUÇÃO NA CASA SENHORIAL LUSO-INDO-BRASILEIRA — SÉCULOS XVI A XVIII | 7 |
| Helder Carita | |
| DO LUGAR AO HABITAR: ESTUDO SOBRE A CASA-PÁTIO EM GOA | 29 |
| Joana Caixinha Silvestre | |
| QUINTA DAS LAPAS: RECREIO E ERUDIÇÃO NUMA NOTÁVEL MORADA DO 1.º MARQUÊS DE ALEGRETE (1641-1709) | 45 |
| Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara & Teresa Campos Coelho | |
| A VILLA CATHARINO, A ALCÂNDORA BAIANA | 69 |
| Maria do Carmo B. E. de Almeida | |
| O ANTEPROJETO DO PISO NOBRE DE UM PALÁCIO AO BAIRRO ALTO DE FINAIS DO SÉCULO XVII | 89 |
| Tiago Molarinho Antunes | |
| PALÁCIOS IMPERIAIS DO RIO DE JANEIRO NO SEGUNDO REINADO: TRANSFORMAÇÕES E NOVOS PADRÕES DISTRIBUTIVOS | 105 |
| Ana Lucia Vieira dos Santos & Rebecca de Castro Leal Costa Reis | |
| AS CASAS DO COMENDADOR ALBINO DE OLIVEIRA GUIMARÃES | 123 |
| Ana Pessoa | |
| O CICLO DE PINTURA MURAL DE CYRILLO VOLKMAR MACHADO NO PALÁCIO POMBEIRO-BELAS, À BEMPOSTA (LISBOA) | 145 |
| Sofia Braga | |
| O MUSEU CASA DO DR. CARLOS BARBOSA GONÇALVES, JAGUARÃO, RS. | 167 |
| Carlos Alberto Ávila Santos | |
| DO REI D. FERNANDO II AO PRESIDENTE SIDÓNIO. A PINTURA DE CLARO-ESCURO EM PALÁCIOS DA REGIÃO DE LISBOA – PAOLO PIZZI, PIERRE BORDES, EUGÉNIO COTRIM | 177 |
| Isabel Mayer Godinho Mendonça | |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A CONTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM PARA O CULTO DO CONFORTO NA CIDADE DO PORTO. O CONDE DE SILVA MONTEIRO E OS SEUS MODOS DE HABITAR | 193 |
| Maria de São José Pinto Leite | |
| A SALA DE MÚSICA DA CASA DAS BROLHAS EM LAMEGO: PROGRAMAS DECORATIVOS E ICONOGRÁFICOS | 215 |
| Inês da Conceição do Carmo Borges | |
| SOBRE O IMPÉRIO E A HONRA: A DECORAÇÃO E O USO DO ANTIGO PALÁCIO DOS GOVERNADORES DO PARÁ AO TEMPO DE AUGUSTO MONTENEGRO (1901-1908) | 235 |
| Aldrin Moura de Figueiredo | |
| O ESTOJO DE FAQUEIRO E A SUA IMPORTÂNCIA NA SALA DE JANTAR PORTUGUESA DURANTE OS SÉCULOS XVIII E XIX | 255 |
| Alexandra Santos | |
| ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CASA NOBRE PORTUENSE E OS SEUS OBJECTOS DE LUXO, À LUZ DA PRAGMÁTICA DE 1610 | 273 |
| José Ferrão Afonso | |
| NO BALANÇO DAS ONDAS DE UMA CADEIRA DE BALANÇO... O FENÔMENO DOS MÓVEIS AUSTRIACOS NAS CASAS CARIOCAS DE FINS DO SÉCULO XIX | 289 |
| Marize Malta | |
| AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ORNAMENTAÇÃO PARA A RESIDÊNCIA DE UM DIPLOMATA: O GOSTO DE ALEXANDRE SOUSA HOLSTEIN | 311 |
| Michela Degortes | |

A VARANDA ALPENDRADA NA EVOLUÇÃO NA CASA SENHORIAL LUSO-INDO-BRASILEIRA — SÉCULOS XVI A XVIII¹

Helder Carita

I. Introdução

Coincidindo com as primeiras décadas do século XVI confrontamo-nos em Portugal com um fenómeno particularmente interessante que se prende com a difusão, nos paços reais, de um vasto conjunto de varandas de colunas², cujo impacto visual confere à arquitectura doméstica de matriz erudita características muito peculiares. Este fenómeno cruza-se de forma particularmente significativa com a divulgação, nos finais do século XV, do uso da palavra *varanda* na língua portuguesa, estabelecendo-se entre os dois factos uma clara interdependência cujo estudo merece uma investigação alargada aos domínios da arquitectura e linguística.

Na realidade, contrariamente a termos como alpendre, *balcom* ou *eyrado* que em si designavam espaços de transição entre interior e exterior, a documentação medieval é omissa à referência do termo *varanda* não se encontrando referências a este termo nos dicionários de língua medieval³. Não encontramos assim qualquer referência a esta palavra em textos de cronistas do século XV, como Fernão Lopes ou Gomes Anes de Zurara, observando-se, em oposição, um fluente emprego desta palavra em autores como João de Barros, nas suas *Décadas*⁴, Garcia de Resende na *Crónica de D. João II*⁵, Fernão Lopes

¹ Trabalho realizado no âmbito do projecto “Arquitectura regimentada em Portugal, séculos XVI a XVIII: processos de regulamentação desenvolvidos pela Provedoria de Obras Reais no seu tempo longo”. (FCT/DFRH/SFRH/ BDP/86848/2012), com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência.

² Usamos o termo de varanda de colunas ou varanda alpendrada para designar uma variante tipológica de varanda que num sentido genérico pode significar também terraço delimitado por peitoril ou pequena sacada delimitada por guarda ou balaustrada.

³ Conf. CUNHA, António Geraldo da – *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*, 2 vols, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 2010.

⁴ BARROS, João de, [1563] *Terceira década da Ásia de Ioam de Barros*, Lisboa, Ed. João de Barreira, p. 52, 138.

⁵ RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* (introdução de Joaquim Veríssimo Serrão), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1973, p. 261.

de Castanheda, na sua *História da Índia*⁶, ou Fernão Mentes Pinto nas suas *Peregrinações*⁷.

Embora muito transformadas ou desaparecidas, estas emblemáticas varandas de colunas, ficaram registadas na iconografia e na documentação da época, podendo-se concluir, de um estudo centrado neste tema, a notável importância que esta tipologia adquire na arquitectura e na vida social da época. Neste conjunto, as varandas do Paço Real de Leiria como as do Paço da Ribeira adquirem valor paradigmático, não só pelas suas proporções e impacto visual, como pelo facto de, nos dois paços, a varanda se apresentar como elemento privilegiado de afirmação do poder real.



Fig. 1 – Castelo de Leiria destacando-se ao centro a varanda. Foto At. Helder Carita.

No caso do Paço Real de Leiria (fig. 1), as suas varandas parecem constituir uma espécie de génese que, recuando à primeira metade do século XV, tem aqui a primeira manifestação desta tipologia arquitectónica em Portugal. Construído no reinado de D. João I, o paço apresenta fortes afinidades estéticas ao nível do pormenor com o convento de Batalha, evidenciando-se os dois edifícios como marcos da ascensão de D. João I a rei de Portugal e respectiva legitimação da nova dinastia de Aviz.

No caso do Paço da Ribeira (fig. 2) mandado construir por D. Manuel, nos inícios do século XVI, a sua condição de sede permanente da corte e das principais instituições de administração do Estado confere a este palácio e às suas varandas um sentido de epicentro dos destinos de todo o País. Com uma extensa ala debruçada sobre o terreiro, as suas cenográficas varandas foram palco das mais importantes representações e cerimónias da corte sendo por isso descritas com particular ênfase por viajantes e cronistas régios⁸. Do Paço da Ribeira vemos esta

⁶ CASTANHEDA, Fernão Lopes de [1833], *Historia do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, Typografia Roldianna, vol. VIII, p. 90 e p. 386.

⁷ PINTO, Fernão Mendes [1614], *Peregrinação de Fernam Mendez Pinto en que conta ...*, Lisboa, Pedro Crasbeek, pp. 92, 113, 149.

⁸ RESENDE, Garcia de, “*Ida da Infanta Dona Beatriz pera Saboia*” (Crónica de D. João II e Miscelânea), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

tipologia manifestar-se nos mais importantes paços régios de época manuelina, caso do Paço Real de Coimbra, do Paço Real de Évora, do Paço Real de Almeirim, do Paço de Santos (fig. 3) ou Palácio dos Estaus no Rossio, confirmando o conjunto a importância crucial que assumem estes elementos na cultura arquitectónica desta época. Dos paços régios esta tipologia estende-se, ainda, como elemento de grande impacto estético, a palácios e quintas da alta aristocracia onde destacamos casos emblemáticos como a Quinta da Bacalhoa em Azeitão, (fig 4A) a Quinta Vale Flores em Santa Iria da Azoia, o Palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão, o Palácio dos Condes de Basto e o Solar Monfalmim (fig. 4B), em Évora ou o Paço dos Silveira em Góis.



Fig. 2 – Pormenor da vista de Lisboa com o Paço Real da Ribeira em destaque. Iluminura da *Crónica do Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Séc. XVI. CMC/Museu Biblioteca Condes Castro Guimarães. MCGG. 14.

Este último, demolido no século XIX, ganha particular significado neste estudo pelo projecto estar ligado a dois importantes arquitectos, Diogo de Castilho e Diogo Torralva, e, por outro lado, ser conhecido o seu contrato de obras, que prescrevia uma varanda de colunas entre dois torreões mais altos, destacando o texto: “...e os arcos que se ouverre de fazer nas varandas segundo forma do debuxo serã chãfrados cõ sua volta Redomdo (...) e averã suas colunas e vasas e capiteis de pedra dãça e serã muy be laurados ao Romã e as colunas Redomdas...”⁹.

⁹ CORREIA, Vergílio, *Um Tímulo Renasença. A Sepultura de D. Luís da Silveira, em Góis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p. 34 (Lisboa, Freguesia dos Mártires, 10 de Abril de 1529).

Do cruzamento da iconografia com a consulta de documentação da época, a varanda aparece, ao longo do século XVI, com uma clara conotação régia e de prestígio, em sintonia com a torre, que constituía na época medieval o elemento fundamental de caracterização da casa nobre. É assim que numa carta enviada pelo Senado da Câmara de Lisboa é mencionando: “em derradeiro de Junho de 1518, na varanda del rej nosso senhor sendo sua alteza presente nos mandou sua alteza chamar dom Pedro e Joam bramdam e joham fogaça”¹⁰.

A par das várias referências à varanda “del rey”, observamos também a designação de “varanda da rainha” que vemos, em 1508, ser mencionado no livro de receita e despesa de André Gonçalves; “mais deu e pagou ao dito pero de carnyde de seis degraos de pedraria que lavrou e assentou na varanda da Rainha por avemça trezentos reaes”¹¹. No Paço Real de Coimbra observamos, num auto de medições do Paço, a mesma repetição de referências à “varanda da Senhora Rainha”¹².



Fig. 3 – Pormenor com o Palácio Real de Santos. Iluminura de Francisco de Holanda e Simão Bening in *Genealogia dos Reis de Portugal*. Fs.8. British Library. Add. 12531

A varanda como espaço simbólico de prestígio estende-se à arquitectura naval, facto salientado por Jerónimo Lobo no texto do seu *Itinerário*, ao descrever “mandou vir o Vizo-Rey das outras naos os capitais e oficiais os quais (...) tiverão em conselho que se fes na varanda do Viço-Rei”¹³. Na sua forte conotação de prestígio a varanda de colunas ou alpendrada destaca-se como um elemento arquitectónico que, de usufruto da vista e da paisagem, se eleva a elemento de representação e gala. Organizada como um camarote ou frisa de teatro no seu

¹⁰ *LIVRO das Posturas Antigas*, introdução e notas de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, CML, 1974, p. 209.

¹¹ CONDE de Sabugosa, *O Paço de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, Doc. II, p. 225.

¹² SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos ...*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1904, vol. II, p. 321 (*Mediçam das obras dos paços delrey Nosso Senhor que fez Gomçalo Madeyra ...1522*).

¹³ LOBO, Jerónimo, *Itinerário e Outros Escritos Inéditos*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1971, p. 156.

enquadramento de arcarias a varanda assumia em momentos de festas e celebrações uma função de enaltecimento para quem de cima era visto por todos os que se encontravam em baixo.

A produção de grandes varandas de colunas na arquitectura dos paços reais e grandes casas senhoriais manifesta-se, porém, como um fenómeno próprio do século XVI, observando-se um progressivo declínio ao longo do século XVII e respectiva perda de importância destas estruturas na arquitectura civil.



Fig. 4 – A Varanda da Quinta da Bacalhoa, Azeitão. Foto At. Helder Carita Fig. 4B- Paço dos Monfalim, em Évora. Foto At. Helder Carita.

Exemplo de declínio da varanda a partir do século XVII, são as sucessivas obras efectuadas no Paço da Ribeira onde são demolidas as monumentais varandas de ligação ao baluarte. Pelas iluminuras do século XVI com vistas do Terreiro do Paço, verifica-se o desaparecimento das varandas do chamado Paço dos Infantes e da antiga Casa da Índia e Mina, cujas fachadas se desenvolviam num corpo paralelo às margens do Tejo. Outro caso emblemático é o da Casa dos Bicos, que aparece representada num painel de azulejos dos inícios do século XVIII (fig. 5) com a antiga varanda entaipada e apenas uma porta sacada para o exterior. No mesmo azulejo, de grande precisão iconográfica, verificamos um pouco depois a mesma situação no Palácio dos Condes de Linhares onde uma varanda mirante no alto de uma das torres aparece igualmente fechada. O Palácio de Santos (fig. 3), que na iluminura de Simão Bening¹⁴ é representado com uma extensa varanda de colunas, perde-a nas obras que recebe ao longo do século XVII e XVIII, dando origem a uma simples varanda terraço, denotando estes casos uma passagem de moda e uma perda de importância destas estruturas semi-exterores.

¹⁴ BENING, Simão; HOLANDA, António, *Genealogia dos Reis de Portugal*, British Library. Londres.

Perdendo importância, as varandas de colunas ou alpendradas não desaparecem na arquitectura, mas tendem a recolher-se em pátios ou nas traseiras sobre os jardins, sem o carácter cenográfico e festivo como se afirmaram no século XVI com particular incidência no reinado de D. Manuel I e D. João III.

Este declínio do uso e importância das varandas na arquitectura portuguesa parece, no entanto, não se processar da mesma forma na arquitectura construída na Índia e no Brasil, onde circunstâncias sociais e climáticas especiais, com temperaturas quentes e húmidas, determinaram o largo uso destas estruturas assim como a sua adaptação às novas condições meteorológicas. Na Índia, o cruzamento entre arquitectura e a linguística volta a repor-se quando constatamos que os espaços de varanda vão constituir-se como o elemento estruturante do modelo de casa colonial, em sintonia com a divulgação da palavra varanda que irá ser adoptada no inglês e, a partir deste, integrada na língua francesa.



Fig. 5 - Vista da zona da Ribeira junto da Casa dos Bicos, mostrando as varandas desta casa assim como as da Casa dos Condes de Linhares entaipadas. Azulejos dos inícios do séc. XVIII. Museu da Cidade de Lisboa.

II. Varanda, eirado e alpendre

A emergência e generalização do uso da palavra varanda na língua portuguesa coloca questões muito complexas quanto à sua origem,

significado e processo de divulgação, não só na Europa como na Índia. Dos debates que se levantaram ao longo do século XIX e XX sobre a origem da palavra, é, sem dúvida, a obra de Juan Coraminas, e o seu *Diccionario Critico e Etimológico...*¹⁵, que nos fornece alguns dos dados mais sólidos e conclusivos sobre esta questão. Na extensa entrada que realiza para a palavra varanda o autor conclui que a palavra não é nem de origem europeia nem indiana, mas anterior, remontando ao domínio das línguas “indo-europeias”. Pelo rigor do seu discurso, transcrevemos parte das suas conclusões: “si *varanda* significó em la Índia antigua “barrera” tabiquen, mota, divisória”. Si em boca de los viejos lituanos era um ruedo o aro que encuadra una ruedao un grupio de animales, y ssi em português, castellano, mozarabe, vasco, catalan y occitano coinciden en postular un substrático VARANDA com el sentido de “barandilla” “cerca de madera”, “redil”, “corralito”, “barricada” esta claro que todo esto es uno y que los romances de le Occidente solo pueden haberlo recibido del sorotápico”(…) y otras lenguas orientales del dominio indoeuropeu”¹⁶.

Embora comum a um conjunto de línguas como o português, castelhano, moçarabe, basco, catalão, occitano e lituânio, o uso desta palavra, na Idade Média, é muitíssimo raro, e, de acordo com o seu campo semântico, circunscrito a um ambiente rural relacionado com o sentido de cerca, guarda, redil, curral ou barricada.

Linguistas como Sebastião Dalgado¹⁷, José Pedro Machado¹⁸, Hobson-Jobson¹⁹ ou Houaiss²⁰, referem o aparecimento (manifestação documentada) do vocábulo varanda, na língua portuguesa, nos finais do século XV, considerando a sua mais antiga menção a surgida no *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* (1498), cujo texto refere: *e véu ter comnosco onde estávamos em hua **varanda** onde estava hu grande castiçall de arame que nos alumiaua.*

Na nossa investigação conseguimos, porém, detectar uso da palavra varanda em dois documentos anteriores àquele *Roteiro*, facto que

¹⁵ COROMINAS, Juan, *Diccionario Critico Etimológico Castellano e Hispánico*, Madrid, Ed. Gredos, 1980, Vol. V, pp. 497-500.

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, vol V. p. 499.

¹⁷ DALGADO, Sebastião, *Influência do Vocabulário português em línguas asiáticas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.

¹⁸ MACHADO, José Pedro, *Diccionario Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1.^a ed. 1951, Vol. V, p. 376.

¹⁹ HOBSON-JOBSON, *A Glossary of Colloquial anglo-indian Words and Phrases*, Londres, John Murray Street, 1903, pp. 964-965.

²⁰ HOUAISS, António, *Diccionario do Português Actual*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2011, Vol. II, p. 2354.

permite uma outra perspectiva sobre esta questão. O mais antigo destes documentos, datado de 1436, é uma carta régia enviada pelo rei D. Duarte I ao seu vedor de obras, relativa a obras no convento da Batalha, e encontra-se transcrito pelo Cardeal Saraiva nas suas *Obras Completas*.²¹ Ainda que se tenha sido perdido o original, a autenticidade do seu conteúdo é confirmada por vários historiadores²², atendendo aos detalhes do texto, com destaque para a referência ao escrivão Joham do Porto que, precisamente neste período de 1434 a 1436, integra a chancelaria régia de D. Duarte, acompanhando o rei a Alcobaça, Évora, Montemor e Santarém²³. No texto da carta é referido: “...e quanto ao arco da caza do palratorio, que já está começado em rosto da caza primeira, queremos que se acabe; e quanto as **varandas** que se havião de ladrilhar, ou lagear de lageas portaes, faça-se assy como o dito senhor tinha ordenado...”

Encontrámos outra carta régia, já do reinado de D. João II, datada de 1481, sobre obras a serem efectivadas na cidade de Évora, que menciona: “...nos avemos por nosso serviço proveito e nobrecimento dessa cidade que se acabe o chafariz e cousas que nelle som ainda por acabar, (...) e bem assy a **varanda** que he começada e que Johane Mendes nosso cavaleiro tenha dello cargo”²⁴. A forma como a carta designa simplesmente “a varanda”, dispensando a indicação do edifício a que pertenceria tem aqui um significado particular, pois evidencia a singularidade deste elemento na cidade de Évora. Na realidade esta varanda integrava-se nos novos paços da câmara da cidade, abrindo-se sobre a praça do Geraldo com uma vasta colunata correndo a toda a largura da fachada. Embora o edifício tenha sido demolido no século XIX, existe uma fotografia onde podemos confirmar a sua fisionomia e estética, na qual a varanda se constituía como elemento fundamental da imagem da cidade.

Da análise destes dois documentos emerge o facto de que, em Portugal, a palavra varanda sofre uma significativa alteração semântica apresentando-se no século XV um significado já consolidado de “espaço arquitectónico”, e não o sentido de simples guarda, peitoril ou grade, que encontramos no traço semântico original da palavra, tanto nas línguas europeias como em sânscrito. Cabe, no entanto, salientar que o

²¹ SARAIVA, Cardeal, *Obras Completas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, Tomo I, p. 332.

²² Saul Gomes estuda e confirma a sua autenticidade voltando a transcrever o documento em “Ética e Poder” in *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Fátima, 1986.

²³ *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte I*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da UNL, Vol. III, pp. 29, 37, 39, 58, 64, 92, 161, 287, 304, 500, 565.

²⁴ PEREIRA, Gabriel, *Documentos da História da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 154-155.

gradeamento ou peitoril permanece como um eixo de significação, pois a varanda separa-se de outro tipo de estruturas semiabertas como o alpendre, por ser delimitada face ao exterior por um gradeamento. No Brasil este facto manifesta-se de forma muito particular na designação das guarnições laterais das redes de dormir que aparecem referidas em inventários antigos como: “redes com suas varandas”²⁵.

Para o nosso estudo é significativo que, em castelhano, desde a primeira referência conhecida da palavra, datável de 1460 e incluída na *Cronica de Alvaro de Luna*²⁶, *baranda* ou varanda mantenha o seu sentido original de gradeamento. Constatamos este facto logo no primeiro dicionário da língua espanhola, editado por Sebastian Covarrubias, em 1610, com título de *Tesouro da língua Castelhana...*, onde o autor define varanda como “lo enredado de los corredores, por ser como varas, por outo nombre varaustes, quasi varafustes”²⁷. No século seguinte o *Diccionario de Lengua Castelhana*, publicado pela Real Academia Espanhola, mantém igualmente um sentido restrito para a palavra²⁸, com pequenas variantes.

Se varanda ou *baranda* tem um uso diminuto em Espanha, em Portugal observamos um fenómeno inverso. Das pontuais referências documentais ao longo século XV, nas primeiras décadas do século XVI e de forma contínua, dá-se uma quase explosão do uso do termo, que das chancelarias régias passa aos mais diversos domínios literários e documentais, como testamentos, contratos de obras, inventários ou mesmo desenho técnico. Numa análise aos desenhos das fortalezas de Duarte Darmas, elaboradas entre 1508 e 1509, verificamos o uso do termo varanda na legenda da planta do castelo e paço do alcaide da cidade de Castelo Branco²⁹ (fig. 6).

²⁵ LEMOS, Carlos, *Cozinhos Etc...*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1978, p. 47.

²⁶ COROMINAS, Juan, *Diccionario Critico Etimológico Castelhana e Hispânico*, cit. supra, Vol. V, pp. 497-500.

²⁷ COVARUBIAS, Sebastian [1610], *Tesouro de la Língua Castelhana o Espanhola...*, Madrid, Luís Sanches, Vol. II, p. 203.

²⁸ *Diccionario de Autoridades*, Madrid, Real Academia Espanhola, 1726-1739.

²⁹ IAN/TT, Darmas, Duarte, *Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, 1508, fl. 126.

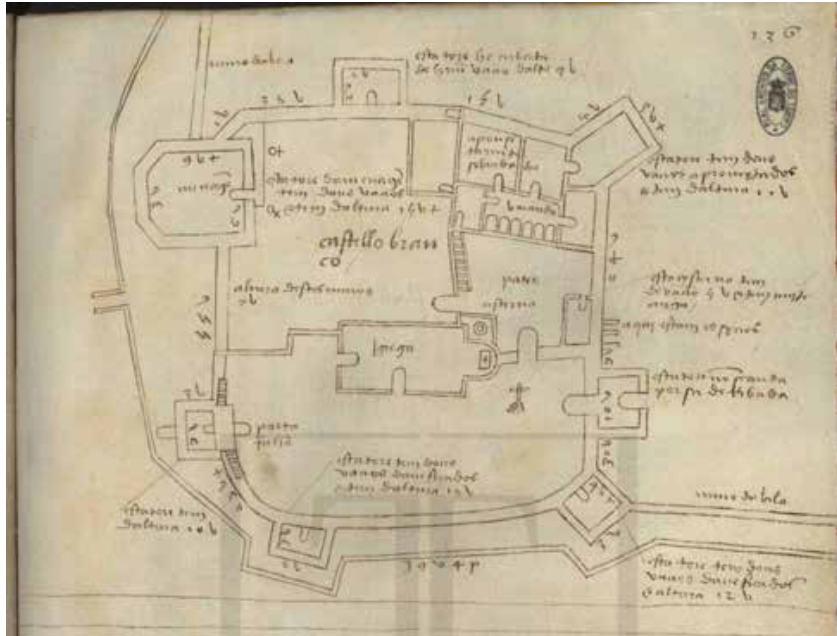


Fig. 6 - Planta do castelo de Castelo Branco, com representação do paço do alcaide e referência anotada pelo autor à varanda destas casas. INA/TT, *O Livro de Duarte Darmas*, 1508, fl. 126.

Em paralelo com a generalização desta palavra em Portugal, constatamos que as estruturas designadas por varandas surgem, não só na arquitectura doméstica e nos paços régios, mas também na arquitectura civil e naval bem como, ainda, na arquitectura religiosa, onde os espaços de envolvimento dos claustros são referidos de forma sistemática como varandas³⁰. Noutro sentido, em castelhano estas estruturas semi-exteiores são designadas “galerias ou corredores”, evidenciando-se o nosso afastamento e inovação do campo semântico da palavra varanda.

De facto a forte divulgação do termo em português parece assinalar algo de novo no domínio da arquitectura, a que os termos medievais como alpendre, eyrado ou balcão já não satisfaziam, tornando-se assim necessário um novo termo, ou a recuperação de um outro com capacidade de incorporar um novo sentido. Na compreensão deste processo, João de Barros fornece uma pista extremamente importante

³⁰ Das referências textuais às varandas do claustro do mosteiro da Batalha constatamos vários documentos do século XVI a mencionar este facto, sendo exemplo o contrato de obras assinado por André Pyres em 1513 para o convento de São Francisco de Évora, transc. em Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico dos Arquitectos ...*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1899, Vol. II, p. 88.

ao utilizar, nas suas *Décadas*, a expressão *varandas ou eirados de vista*³¹. Se esta explicação mostra que a palavra não se encontrava ainda suficientemente divulgada, o autor, ao atribuir a *varanda*, o significado de *eirado de vistas* define varanda como uma variante de eirado, isto é, um *eirado de vista*, sugerindo uma génese desta estrutura arquitectónica no eirado, que vemos ter uma forte divulgação na Idade Média. Esta estrutura, de origem latina, aparece logo em documentos do século XIII, como verificamos num contrato de aforamento de casas, realizado pelo Mosteiro de Chelas, datado de 1280, e que menciona: “*E esse Stevã pirez nen seus sucessores non deven fazer sobressas nossas Casas eyrado nen Janella nen Jamineyra nen outra cousa nenhuna que a nos enpeesca en essas nossas casas...*”³². Encontramos também esta palavra nos séculos XIV e XV, em posturas medievais da Câmara de Lisboa. Com base nelas, podemos verificar que, no seu uso mais comum, o termo *eyrado* designava um terraço no último piso. Muito mais tarde, no século XVIII, Bluteau, no seu *Vocabulário*, define eirado no mesmo sentido, “*o lugar que sobre o resto das casas, ou em outra parte delas fica descoberto para tomar ar.*”³³

Ao longo da nossa investigação detectamos, no entanto, que o termo *eyrado*, nos finais da Idade Média, apresenta um campo semântico alargado integrando estruturas arquitectónicas que hoje designaríamos por mirante. Neste sentido, constatamos na documentação manuelina sobre obras no Paço da Ribeira que o mirante de colunas situado no alto do torreão, a meio da varanda, é referido como *eyrado*, assinalando um documento de pagamentos ao mestre carpinteiro: “*as janelas que fez luís gomes no ejrado da torre de sobre o almazem que sam as janellas tres*”³⁴. No mesmo sentido se situa um Tombo do Paço de D. Pedro, Mestre da Ordem de Aviz, localizado nesta vila do Alentejo, onde é descrito um eirado “*...lageado com peitorijs de pedraria laurada em arcos, e sobre ho peitoral colũnas de mármore, ho tecto do qual eirado he hũ coruchoe comprido telhado de telhões pítados com hũa grande grimpã de ferro com sua bandeira de ferro e sũas pomas tudo muito loucaõ...*”³⁵.

31 BARROS, João, *Décadas da Ásia*, Vol. III, Tomo V, reed. [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 7.

32 *O Archeologo Português*, Lisboa, Museu Ethnographico Português, Série I, Vol. 9, n.º 11-12, 1904, p. 71 (Mosteiro de Chelas, m. 178).

33 BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Português e Latino...*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. III, E, p. 19.

34 SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 255.

35 COSTA, Maria Clara Pereira da, “A vila de Avis, Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e propriedades”, in *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*. Sep., n.º 2. Lisboa, 1982.

Em termos linguísticos, “eyrado” vai deixando de ser usado na linguagem comum como que cedendo lugar à palavra “varanda”, que adquire um campo semântico alargado, abarcando um leque de tipologias espaciais que vão dos espaços semiabertos com cobertura até aos mais abertos em terraço. Constatamos este processo de passagem do termo eirado para varanda no caso do conjunto urbano do Terreiro do Paço. Iniciado em 1498, onde era prescrita a construção de um eirado nas boticas da Ribeira “...e se faram (as boticas) dabobada e de tijolo com **eirado** do longo por cima dellas com seu peytoril pera a Ribeira de pedraria e descoberto”³⁶. Décadas depois estes eirados já são designados como varandas, como menciona o *Tômbio de Propriedades Foreiras a Camara de Lisboa de 1573*³⁷ que ao descrever estes edifícios vai referindo; “...e escada da varanda nova da cidade por onde também se servem para as casas onde pousa a infanta D. Maria...”³⁸ ou mais adiante “...defronte do açougue da carne, entre a dita humbreira e a escada que vae para a varanda nova”³⁹.

Em contraponto com o eirado, o alpendre mantém desde a Idade Média um campo semântico estável, significando uma cobertura de protecção junto da entrada do edifício. É este significado que encontramos também em Bluteau, no seu *Vocabulário*, onde o autor descreve alpendre como “*uma espécie de tecto sustentado por colunas ou pilares diante das portas das casas & igrejas*”⁴⁰. Em clara concordância na descrição dos paços do alcaide de Castelo Branco, de 1505, descreve-se “...defronte da dita entrada estaa logo huu **alpendre** sobre quatro arcos de pedraria muito bem obrados e sobre eles hua varanda”⁴¹.

Definindo-se como uma cobertura colocada em frente da porta, alpendre conota um sentido espaço de transição para o interior opondo-se a varanda, que do interior se define como um espaço de transição para o exterior. Nestas subtis oposições, alpendre “recolhe-se” para o privado e o sagrado a varanda “abre-se” ao profano e ao mundo.

Na relação de varanda com eirado, emerge de forma evidente este último que se definia como um espaço localizado no alto de um edifício – um

³⁶ INA/TT Corpo Cronológico, Parte 3, Maço 1º, Doc. 30, transc. In Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 210-211.

³⁷ Arquivo Histórico da CML, *Tômbio de Propriedades Foreiras a Camara de Lisboa - 1573*. Conf. A. Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Vol. I, 3.ª ed., 1987, p. 51.

³⁸ IDEM, *Ibidem*, Livro 1º, fls 144v.

³⁹ IDEM, *Ibidem*, Livro 1º, fls 163.

⁴⁰ BLUTEAU, *Vocabulário* ..., Lisboa, Vol. I, cit. supra, p. 279.

⁴¹ GONÇALVES, Iria, *O Tômbio da Ordem de Cristo. Beira Interior Sul*. Vol. V, Lisboa, IHM da UNL, 2009. p. 242.

terraço – vocacionado para receber luz ou apanhar ar. Varanda por outro lado afasta-se deste sentido ao estruturar-se como um espaço organizado longitudinalmente em função de uma vista que lhe determina um sentido de fachada, sendo delimitado para o exterior por uma guarda ou parapeito. A esta lógica de espaço aberto longitudinal organizado em função de uma vista, acresce um sentido de estrutura para ser vista do exterior, como componente fundamental do alçado. Ao sentido lúdico e recreativo, o efeito de claro-escuro, os ritmos das arcarias, o desenho de guardas, colunas e capiteis constituem elementos de valorização estética que tendem a conferir à varanda um sentido cenográfico de prestígio e representação. Na nossa interpretação terá sido o carácter de prestígio, nobreza e representação que determinou a recuperação de uma palavra de uso muito raro, chamada para expressar novos valores socioculturais que, por sua vez, se exprimiam na arquitectura com novas estruturas vivenciais.

III. Emergência e evolução da varanda na Índia nos séculos XVI e XVII

A forte presença que as estruturas em varanda adquirem na arquitectura portuguesa do século XVI manifesta-se igualmente nos territórios ultramarinos tomando, no entanto, aspectos peculiares e novas configurações, face a diferentes condições socioculturais e climatéricas, muito diferentes das europeias.

Mais uma vez recorremo-nos, sobretudo, de documentação escrita, dado o desaparecimento ou a radical transformação que sofreu o património construído nos primeiros séculos de presença portuguesa tanto na Índia como no Brasil. Para o caso da Índia, onde no século XVI a casa real concentrou grande parte das suas energias, as fontes são ricas de descrições, crónicas e cartas. Para o nosso estudo, Gaspar Correia ocupa porém um lugar de relevo. Na realidade, depois de ter sido secretário de Afonso de Albuquerque, o autor ocupou o cargo de vedor das obras da cidade de Goa⁴², explicando a sua grande sensibilidade à arquitectura e à construção, o que confere uma particular relevância ao seu texto, *Lendas da Índia*.

É assim que Gaspar Correia nos faculta a primeira descrição de uma varanda assinalando, de forma emblemática, as casas do capitão da fortaleza de Cochim. O edifício, construído no ano de 1506, era formado em quadrado com cinquenta palmos, aludindo o autor: “...e nas

⁴² CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Lisboa, Real Academia das Ciências, Livro I, tomo II, p. 472.

outras duas esquinas fizeram torres quadradas, asy de dous sobrados, (...) e **de huma torre a outra, varandas** e por baixo casinhas apartadas para mercadores grossas e em cima casas de aposento pera o capitão e alcaide mór e sua gente”⁴³. Esta varanda, enquadrada entre duas torres e situada no piso nobre, lembra de forma evidente o Paço Real de Leiria e o Paço de Porto de Mós repetindo uma solução que vemos manifestar-se até ao século XVIII, como é exemplo o Palácio Fronteira e ainda o Paço de Bertandos, em Ponte de Lima.

Mais de um século depois, António Bocarro, pelos anos de 1635, volta a descrever o edifício salientando igualmente a presença de uma larga varanda: “a fortaleza onde assiste o capitão está a borda do rio, doze paços afastada d'elle. Não está oje em forma de fortaleza, senão tudo feito em casas. As que vive o capitão tem hua **varanda** na frente do rio, de quinze paços de comprido e sete de largo e pegado a ella, hua **torre...**”⁴⁴.

Nas duas descrições a varanda emerge no conjunto arquitectónico como um elemento de valorização estética e de afirmação de poder, constituindo-se por outro lado como uma componente fundamental de caracterização de casa nobre. Esta função de afirmação de poder e nobilitação transparece de forma subtil numa outra referência de Gaspar Correia que, ao descrever as casas do capitão de Dabul, menciona: “cazas místicas térreas, numa das quaes, com sua varanda se recolhe o capitão...”⁴⁵. Além de um sentido de nobilitação, verificamos que estas estruturas são usadas como grandes espaços de vivência quotidiana numa clara adaptação ao clima quente e húmido, facto salientado por Gaspar Correia ao referir que Afonso de Albuquerque, em Goa: “...ordenou que dentro do castello em huma varanda das casas que era grande se dicessem as missas...”⁴⁶.

Na nossa pesquisa de referências documentais sobre estruturas avarandadas, vinculadas a uma época recuada do século XVI e XVII, revelou-se de particular significado um conjunto de casas de capitães e governadores localizadas em fortalezas ou baluartes integrados no sistema defensivo da cidade de Goa onde registamos a presença quase sistemática de varandas. Construídos com fundos da Fazenda Real, a manutenção destes edifícios foi entregue ao Senado da Câmara de

⁴³ IDEM, *Ibidem*, Livro I, tomo II, p. 640.

⁴⁴ BOCARRO, António, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. II, 1992, p. 199.

⁴⁵ CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Lisboa, Real Academia das Ciências, Livro II, tomo II, p. 120.

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*. Livro II, tomo II, p. 158.

Goa de que resultou a salvaguarda de um número significativo de contractos de obras⁴⁷.

Neste grupo, as casas do capitão do Passo de São Tiago⁴⁸ (Banastarim) adquirem particular significado pela existência de dois contratos de obras para este edifício, um ainda nos finais de século XVI, e outro de 1654. No primeiro contracto, datado de 20 de Março de 1594, era estipulado a construção de uma varanda, mencionando o texto: “...e hade lançar hua varanda com sua grade e colunas torneadas e assi hade fazer quatro portas chaas...”⁴⁹. Além da importância desta estrutura no conjunto arquitectónico, as grades e colunas “torneadas” testemunham o grau de requinte de acabamentos que, em Goa, irá conferir particularidades a estes conjuntos. Já em meados do século seguinte, em 1654, a Câmara realiza obras de reabilitação neste edifício, referindo o contrato “...e porá quatorze esteios grandes na galeria e na varandaem razão do embate da envernada”⁵⁰. Poucos anos depois um outro contrato de obras dá-nos a presença de uma varanda, agora no Paço de Dauguim, mencionando: “...e no passo de Daugy na camara do Sr Governador metera dous mil covados de ripas de malte he quatro aguieiros serrados e hum aguieiro na **varanda** de dez côvados serrados de malte”.

Dos primeiros anos de instalação na Índia onde as varandas assumem, na arquitectura, um claro protagonismo observamos em Goa uma adaptação destas estruturas ao clima e à vida quotidiana, passando a ser preenchidas por uma espécie de gelosias designadas inicialmente por adufas e mais tarde por carepas⁵¹. Construídas num engradado muito fino, preenchido com placas de ostra colocada em escama, estas gelosias dividiam-se em zonas fixas e móveis. De grande sofisticação técnica, as finas pequenas placas de ostra, pela sua transparência, permitiam a iluminação dos espaços enquanto a sua colocação em escama possibilitava a circulação do ar, servindo assim de estrutura de ventilação dos interiores.

⁴⁷ Esta documentação da Câmara de Goa foi mais tarde integrada nos *Nacional Archives of Goa*, situados na cidade de Pangim, na Índia.

⁴⁸ Estas casas ainda são referidas, nos inícios do século XX, como uma bela habitação, pelo Pe. Gabriel de Saldanha, *História de Goa-Monumentos Arqueológica*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1926, p. 219.

⁴⁹ Nacional Archives of Goa, *Livro de Acordãos e Assentos (1592-1599)*, fls. 83, 83v (Arrematação da obra de carpintaria da torre (do Paço) de São Tiago de 20 de Março de 1594).

⁵⁰ Nacional Archives of Goa, *Térmos de Obras (1654-1655)* Ms. 7832, s.n. (Contrato de obra que fez com Matheus Pyres das obras de retelhamento do passo de Dauguim e Naroa, 30 de Abril de 1655).

⁵¹ Em concanin *karap* corresponde literalmente a concha, conf. Sebastião Dalgado, *Glossário Luso Asiático*, New Delhi, Asina Educational Services, vol. I, p. 217.



Fig. 7 – “Planta do Pallacio da Fortaleza em que rezidirão todos os Governadores e Vice-Reys emquanto se não despovoou a Cidade”. Levantamento de meados do século XVIII. Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O hábito destas varandas parece ter-se consolidado, logo no século XVI, na arquitectura das casas das elites, sendo descrito por François Pyrard nas memórias da sua estadia em Goa, nos inícios do século XVII. Elogiando a sua beleza e largueza de proporções, o autor recorre-se dos termos “galleries” e “balcons” para designar as varandas, descrevendo assim: “le plus ordinaire passe-temps des femmes c’est de demeurer tout le jours aux fenestres (...) qui sont fort belles grandes et spacieuses, en forme de galleries e balcons, avec des jalousies e cages”⁵². Se François Pyrard descreve as varandas de Goa como grandes e belas, os termos “jalousies” e “cages” são uma clara referência às adufas.

Nos textos dos contractos de obras referentes a obras nas casas de capitães e governadores, encontramos referência detalhada destas estruturas associadas às varandas. No Forte de São Bras, o texto fornece uma descrição das estruturas das janelas de adufas determinando: “com a condição que na varanda da casa do comandante fara de novo quatro adufas de caixilho, as quatro janelas de dois quarteis cada hua de altura de seis palmos cinco e meia de largura com ...seis bizagras e oito aldrabas com os caixilhos metidos na parede que fique igual com ella com desasseis chapuzes tudo bem pregado e unido o que fara com muita perfeição...”⁵³. Outro exemplo de varandas de adufas encontramos na casa do Capitão-Mor na Fortaleza de Aguada, onde o contracto menciona: “...com a condição que na casa do Capitão Mor da mesma Praça (...) fara de novo nas **adufas da varanda** oitenta bizagras

⁵² PYRARD, François, *Seconde Partie du Voyage de François Pyrard depuis son arrivée à Goa usques à son retour en France...* Paris, Chez Remy Dallin, 1615, p. 75.

⁵³ Nacional Archives of Goa, *Livro de Obras (1770-1773)*, n.º 7840 (Contrato para as obras do forte de São Bras, casas de Comandante, tercenas e almazém de 21 de maio de 1773).

oitenta cantos e quarenta aldravinhas de bom ferro bem pregadas e firmes nas ditas adufas”⁵⁴. Encontramos esta tipologia de varanda fechada por carepas no levantamento do Palácio dos Vice-Reis, em Goa, realizado em meados do século XVIII⁵⁵. No cruzamento das plantas dos três pisos com o alçado principal apercebemo-nos da presença quase inusitada de três varandas organizadas à volta pátio de entrada. Se duas são claramente visíveis no alçado do palácio, uma terceira é perceptível pela análise da planta do piso nobre, ficando na fachada lateral do pátio.



Fig. 8 – Vista geral do Palácio dos Reis de Sudém. Ponda. Goa. Fotografia de Sousa e Paul. Finais do século XIX.

Demolido no século XIX, o Palácio dos Vice-Reis (fig. 7) foi, pelas suas proporções e simbologia, o edifício mais emblemático de toda a cidade de Goa no período áureo dos séculos XVI e XVII. As suas varandas assumem um significado particular quando observamos que estas estruturas perdem importância na arquitectura produzida em Goa a partir do período pombalino e ao longo do século XIX. Este facto é observável a partir da vasta colecção de fotografias realizadas por *Sousa and Paul*⁵⁶ sobre Goa, onde observamos uma radical diferença entre a arquitectura de tradição seiscentista, com altos telhados de tesoura, e a arquitectura construída a partir da segunda metade do século XVIII, onde as características ditas indo-portuguesas se vão diluindo a favor de maior influência europeia. Testemunho destas transformações é, ainda, a arquitectura do Palácio dos Reis de Sudém (fig. 8), onde uma

⁵⁴ IDEM, *Ibidem* (Contrato de concerto ordimento e coiração da Praça de Aguada neste presente anno de 1773).

⁵⁵ Estes levantamentos encontram-se na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

⁵⁶ Foram dois fotógrafos que trabalharam em Goa na segunda metade do século XIX tendo realizado vários álbuns com vistas e edifícios de Goa que no conjunto constituem um importantíssimo documento sobre a arquitectura e a paisagem urbana de Goa neste período.

fotografia de *Sousa and Paul* nos apresenta a fachada do palácio sobre o pátio de entrada, abrindo-se com uma larga varanda.

IV. A varanda e o corredor telhado nos inícios da colonização do Brasil

Em paralelo com a Índia, constatamos no Brasil uma forte presença de estruturas em varanda na arquitectura doméstica dos séculos XVII e XVIII que, assumindo várias soluções formais, demonstram uma clara adaptação ao clima quente e húmido dominante em grande parte do território. Diferente da Índia, onde os portugueses estabeleceram em poucos anos uma rede de comércio muito diversificada, apoiada em agregados urbanos de grandes dimensões, o Brasil teve uma ocupação mais lenta e precária, suportada sobretudo na agricultura e na exploração de recursos naturais.

São assim as casas das elites rurais, fazendas e casas de engenho, onde vemos surgir estruturas em varanda correndo ao longo da fachada principal e desmultiplicando-se nas fachadas laterais e nas zonas das traseiras. Desaparecidas na sua quase generalidade, é muito significativo que, no caso da região do Rio de Janeiro, um estudo recente de Ana Lúcia Vieira⁵⁷ revela que as poucas fazendas do século XVIII que chegaram até aos nossos dias, se caracterizam pela presença quase sistemática destas estruturas, sugerindo um modelo de casa característico deste período. Integradas em programas arquitectónicos de feição rural com apenas um piso, as varandas ocupam uma ou mais fachadas que, servindo funções muito importantes de protecção solar e ventilação interior, imprimiam à arquitectura um sofisticado sentido lúdico de grande efeito plástico. Este modelo e as suas características varandas têm, no entanto, raízes muito anteriores recuando, a partir de bases documentais, aos finais do século XVI e inícios do século XVII.

Dado o ambiente rural vivido no Brasil, estes primeiros espaços exteriores agregados às casas surgem com funções estritamente utilitárias como passagens cobertas, sem as funções de representação e de usufruto vivencial implícitas nos espaços de varanda que vemos desenvolverem-se tanto no reino como na Índia, durante este período. Destas circunstâncias, observamos que nos mais antigos documentos vemos surgir a designação de “corredor”, como eram referidos no reino este tipo de espaços em situações rurais — é exemplo o inventário da casa dos alcaides da vila de Nisa, no Alentejo. Propriedade da Ordem de Cristo, um tombo realizado em 1505 assinalava: “...junto della huu

⁵⁷ VIEIRA, Ana Lúcia, “Casas de Engenho do Rio de Janeiro – século XVIII – metodologias de estudo a partir de múltiplas fontes” in *Casas Senhoriais Rio-Lisboa, e seus interiores*. Rio/Lisboa, UFRJ e UNL, 2014, pp. 51-67.

corredor térreo cuberto de telha per onde vam a huua casa que serve de cozinha”. Pelo texto percebemos que este corredor telhado situado numa zona de serviços se contrapõe com a varanda situada na zona nobre virada sobre a entrada da casa, como relata o tombo “...aalem da dita camera vay hua varanda bem madeirada e cuberta de telha vaa que leva nove varas de longo e três de largo”⁵⁸.

Esta descrição da casa do alcaide de Nisa, no Alentejo, permite-nos entender, com clareza, as mais antigas menções brasileiras a espaços exteriores onde constatamos a referência alternada de corredores e de varandas. É assim que uma escritura de venda de casas efectuada, em 1593, no Rio de Janeiro, por Luis Madureira e sua mulher assinala: “...a coal casa que lhe assim venderam era alto e baixo com dous corredores pera detrás alto e baixo também, conforme a dita casa com seu qional conforme a largura da dita casa e comprimento que o dito chão...”⁵⁹. O mesmo vemos repetir-se numa escritura, também no Rio de Janeiro, datada de 1613, que alude: “...hu lanso de cazas com seu quintal e corredorcuberto de telha com todo o que tiver de quintal”⁶⁰.

De forma quase paralela vemos a referência a varandas, observando-se em alguns casos a menção, na mesma casa, de varanda e corredores, caso de duas escrituras indicadas por Carlos Lemos referentes à região de São Paulo, uma de 1627, mencionando: “...as casas de dois lanços cobertas de telha de taipa de pilão sobradadas com suas varandas e corredor...”⁶¹ e outra, datada de 1633, volta a registar: “...com casas de três lanços com seus corredores e varandas de tabuado cobertas de telha...”⁶².

Com a melhoria de condições económicas e culturais, a alusões aos corredores vai desaparecendo a favor das referências a varanda que, na frente das casas, passam a ocupar um lugar determinante associando funções de estar e protecção solar com funções simbólicas de representação.

Voltando à zona do Rio de Janeiro, mas mantendo-nos num período recuado da primeira metade do século XVII, podemos mencionar um

⁵⁸ GONÇALVES, Iria, *O Tombo da Ordem de Cristo. Beira Interior Sul*. Vol. II, Lisboa, IHM da UNL, 2002, p. 7.

⁵⁹ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Nº 82, 1962, p. 253. Transcrito do *Livro do Tombo do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro*, 1593, Escritura de venda de casas de Luis Madureira e sua mulher).

⁶⁰ Arquivo Nacional. Brasil, *1º Ofício de Notas, Livro de Notas de 1612-1613*. (Escritura de venda realizada por Bento Dias Castilho ao licenciado Rui Vaz).

⁶¹ LEMOS, Carlos. *Cozinhas Etc...*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1978. p. 47 (Inventário de Manoel Vandala de 1627).

⁶² IDEM, *Ibidem*, 47 (inventário de bens de Pedro Dias, de 1633), p. 47.

contrato de venda datado de 1613 que “Joan Anriques alfaiate flamengo e sua mulher Mecia de Castro” realizam com Francisco de Pina, e que menciona: “*tinham e possuíam um llanso de cazas de taipa coberto de telha com varanda e quintal*”⁶³. Numa visão de conjunto, estas escrituras e inventários fornecem uma descrição muito simplificada destas casas, sendo porém notório a forma destacada como vemos ser referida a presença das varandas e dos chamados corredores, constituindo-se como elementos fundamentais de caracterização e valor da casa.

Na falta de pormenores construtivos sobre estas varandas, um processo de obras realizadas no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XVII fornece-nos uma descrição detalhada de uma varanda e das suas relações com o edifício. Embora num contexto de arquitectura militar, é evidente a sua sintonia com as fazendas que se construíam na região, mencionando o texto a construção de uma: “casa de taipa de pilão de trinta palmos em quadra toda rodeada de barandas coberta de telha que se há-de fazer no alto da dita montanha com todo o madeiramento tegulo e cal e o mais necessário para ela”⁶⁴. Além do regimento da obra, mais tarde o mestre pedreiro André Tavares faz um requerimento de pedido de pagamento pelas obras entretanto efectuadas, onde fornece mais dados sobre a estrutura e acabamentos desta varanda cujo telhado assentava por pilares de pedra, referindo: “E asi mais hu telhado na varanda da dita fortaleza (...) E cinco mil rs de seis pilares de pedra mais que estão na varanda”⁶⁵. Deste texto de particular importância, a nosso ver, para a história da arquitectura no Brasil, podemos confirmar a formulação, logo nas primeiras décadas do século XVII, de uma tipologia de casa tropical de um piso caracterizada pela presença de varandas assentes em pilares e adossadas às diferentes frentes da casa e que se irá divulgar em grande parte deste território.

Cabe afirmar que não pretendemos neste curto texto fazer uma história da arquitectura doméstica, mas apenas fornecer alguns elementos para o estudo do fenómeno da introdução e divulgação da varanda na Índia e Brasil, estabelecendo na sua génese as relações com o fenómeno em Portugal. Deste estudo podemos concluir que, tal como na Índia, esta tipologia de espaços se desenvolve de forma muito precoce ao longo do século XVI, tendo uma importância fundamental na arquitectura e caracterização da casa senhorial.

⁶³ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. *1.º Ofício de Notas, Livro de Notas de 1612-1613*. (Escritura de venda que faz Joan Anriques alfaiate flamengo e sua mulher Mecia de Castro a Francisco de Pina, 1613).

⁶⁴ *ANais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação, Vol. 59, 1937, p. 161.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, vol. 59, p. 149.



Fig. 9 – Fazenda do Viegas. Senador Camará, Rio de Janeiro. Foto Tiago Morelino.

Num outro registo, pensamos ter evidenciado o carácter transitório das estruturas avarandadas na arquitectura portuguesa que, tendo um momento áureo entre os séculos XVI e XVII, vão perdendo protagonismo, observando-se ao longo do século XVIII e XIX não só um forte declínio como uma certa anulação da sua importância e história, pela sucessiva alteração do património arquitectónico mais antigo. Neste processo pensamos ser paradigmático o caso da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro de que conhecemos a sua arquitectura do século XVIII (fig. 10) em duas representações deste edifício realizadas por Thomas Ender (1793-1875).



Fig. 10 – Vista geral da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, apresentando, ainda, o seu desenho original com varandas nas três fachadas. Thomas Ender. Gravura aguarelada.

Tal como o Paço Real da Ribeira, que perde a sua extensa e magnífica varanda no período filipino, o mesmo verificamos com a Quinta da Boa Vista, que nas suas diferentes transformações para palácio real, e depois imperial, perde as suas antigas varandas de sentido tropical a favor de uma arquitectura europeia e internacional, sem porém uma grande originalidade e sem a relação privilegiada que esta estrutura estabelecia com a paisagem e a envolvente natural.

Helder Carita – Arquitecto. Doutoramento em História da Arte Moderna – arquitectura e urbanismo, com o tema «Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias do séc. XVI e XVII». Investigador do Instituto

de História da Arte da FCSH- UNL. Divide os seus domínios de investigação entre arquitectura e urbanismo sendo uma das suas áreas privilegiadas a arquitectura civil. Entre as suas mais significativas obras publicadas destacam-se: *A Casa Senhorial em Portugal*, Lisboa, Leya, 2015; *Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala*, Lisboa, Transbooks, 2008. Ed. Inglesa: *Indo-Portuguese Architecture in Cochim and Kerala*, New Dely, Transbooks. 2009; *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1496-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999; *Os Palácios de Goa - Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-portuguesa*. Ed. Quetzal, Lisboa, 1995. Ed. Francesa - *Les Palais de Goa*. Ed. Michel Chandaigne: Paris, 1996. Ed. Inglesa *Palaces of Goa*. Ed. Cartago, London. 1999; *Le Palais de Santos*, Ed. Michel Chandaigne, Lisboa, 1997; *Jardins em Portugal - Tratado da Grandeza dos...*, Ed. de Autor, Lisboa, 1987, Ed. Inglesa - *Gardens of Portugal*. Antique Collector's Club, London, 1989.